

Cronologia dos “Ataques de 2006” e a nova configuração de poder nas prisões na última década

Sérgio Adorno

Professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo - USP e Coordenador Científico do Núcleo de Estudos da Violência - NEV-USP. Doutor em Sociologia pela USP, com pós-doutorado pelo Centre de Recherches Sociologiques sur le Droit et les Institutions Pénales. Diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP). Coordenador da Cátedra UNESCO de Direitos Humanos, do NEV/CEPID/FAPESP.

sadorno@usp.br

Camilla Nunes Dias

Professora adjunta e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC - UFABC. Doutora e mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo - USP. Graduada em Ciências Sociais pela USP. Pesquisadora colaboradora do Núcleo de Estudos da Violência da USP - NEV/USP.

camila.dias00@gmail.com

Resumo

O presente texto tem como objetivo reconstituir a cronologia dos “Ataques de 2006” a partir da sua divisão em quatro partes, correspondentes aos momentos em que eles ocorrem, e, em seguida, propor algumas reflexões sobre as mudanças sociais e políticas registradas nas prisões paulistas ao final deste período. O argumento central é que o evento que ficou nacionalmente conhecido como “Ataques do Primeiro Comando da Capital – PCC” não implicou ganhos para a organização e trouxe importantes prejuízos políticos para o governo estadual. Dessa forma, apontamos estratégias complexas através das quais as relações de poder nas prisões paulistas foram reconfiguradas de forma a possibilitar a construção de acomodações envolvendo o PCC e a administração prisional. Tais acomodações, por sua vez, produziram um equilíbrio que, embora precário e instável, tem até aqui sido eficiente para manter a “ordem nas prisões”. A forma como se estabeleceram as relações entre o PCC e a administração prisional adquiriram um caráter simbiótico por meio do qual ocorre o fortalecimento mútuo do PCC e da política de encarceramento em massa adotada pelo governo do Estado, gerando um círculo vicioso de mútua dependência.

Palavras-Chave

Ataques de 2006. PCC. Administração prisional. Prisão. Poder.

INTRODUÇÃO

Entre 12 e 20 de maio de 2006, 439 pessoas foram mortas por armas de fogo no estado de São Paulo¹. Essas mortes foram seguidas de ondas de violência, como motins nas prisões, ataques contra policiais (civis e militares) e contra postos e delegacias de polícia. Edifícios públicos e privados foram depredados e destruídos, assim como veículos de transporte coletivo foram incendiados. O mais surpreendente foi a paralisação temporária de todas as atividades da capital ao cair da tarde, o que contribuiu para intensificar muito rapidamente os sentimentos de medo e insegurança disseminados entre os seus habitantes. Desde logo, as ondas de violência foram atribuídas à ação do “crime organizado”, mais precisamente o Primeiro Comando da Capital (PCC), cujos centros de decisão estão sediados nas prisões do sistema penitenciário paulista.

A despeito da trégua dos dias que se seguiram ao 20 de maio (o último dia dos primeiros ataques), as ações persistiram até a metade do

mês de agosto. Elas terminaram quando um jornalista da mais importante cadeia de rádio e televisão brasileira – Rede Globo – foi sequestrado e sua libertação conquistada após a emissão de um comunicado, em torno de três minutos, por meio do qual o PCC falava da opressão nas prisões.

Durante os ataques, a matéria compareceu diariamente aos jornais impressos e eletrônicos, às intervenções das autoridades, às falas dos especialistas e mesmo dos cidadãos comuns. As redes de comunicação e a grande imprensa dedicaram extensos artigos sobre esses acontecimentos e abriam espaço para o seu debate público, tendo como foco a crise da segurança pública.

Todos as ordens para os ataques tinham como território as prisões, sobretudo aquelas de segurança máxima onde os chefes principais se encontravam detidos, no contexto do enclausuramento massivo colocado em prática pelo governo do Estado. Certamente, esse fato

não era novidade. Nunca é demais lembrar o caso dos levantes e rebeliões nas prisões norte-americanas nos anos 60 do século passado. Havia também antecedentes nas prisões de São Paulo e Rio de Janeiro, em períodos anteriores.

Porém, pôde ser notada uma novidade: o PCC tinha constituído uma rede de apoio a partir do exterior dos muros das prisões. Tratava-se de uma rede baseada em muitas pessoas anônimas. É justamente a presença desse gênero de pessoas e de suas ligações com ilegalismos de várias espécies que faz esta investigação retornar a clássicas questões da sociologia: de qual sociedade estamos falando? A despeito do progresso da democracia no Brasil (ao menos no que concerne às liberdades civis e públicas, à ampliação do espaço de participação social e de representação política e, mais recentemente, à pequena redução das desigualdades sociais), a sociedade brasileira permanece, no campo da segurança pública, presa a orientações e diretrizes tradicionais e ultrapassadas face à evolução dos acontecimentos que constituem a criminalidade e violência urbanas.

Por causa disso, não é estranho que a sociedade brasileira venha testemunhando: a) o enraizamento do crime organizado no interior do tecido social em torno de importantes grupos da população urbana; b) a produção de novas formas de solidariedade social para além do mundo das leis e das instituições oficiais; c) a organização de setores populares não com o propósito de reivindicação de uma nova ordem moral baseada na justiça social (MOORE JR., 1987), todavia com o objetivo de desfrutar da participação de certos

circuitos de circulação monetária, associados ao mercado informal e não regulamentado da troca de mercadorias, inclusive o tráfico de drogas; d) a guerra permanente entre delinquentes e policiais que enfraquece a capacidade do poder público de reprimir o crime e a violência no contexto do Estado de direito; e) a persistência de reações conservadoras contra a modernização das leis penais e contra a política de defesa dos direitos humanos².

Para compreender o significado dos eventos de 2006, propõe-se, em primeiro lugar, a construção da cronologia dos acontecimentos desde o início das primeiras ações até o fim do ciclo de ataques, que ocorre apenas no mês de agosto. Nesse sentido, propomos o desdobramento dessa cronologia em quatro momentos, cada um dos quais apresentando algumas peculiaridades, a despeito das características comuns que os situam como continuidades do evento de maio. Em seguida, propõe-se a discussão a respeito das eventuais mudanças ocorridas no sistema prisional paulista nestes últimos 10 anos, ou seja, no período posterior ao da cronologia que será aqui apresentada.

OS ACONTECIMENTOS DE 2006 EM SÃO PAULO: UMA CRONOLOGIA

Os acontecimentos que integraram os "Ataques de maio de 2006" provocaram várias análises com o objetivo de compreender este período específico da história da segurança pública paulista. Dentre eles, destacamos a contabilização diária de vítimas, segundo seu enquadramento como agente público ou civil, feita em Cano e Alvadía (2008), tendo como fonte boletins de ocorrência e laudos divulgados pela Secretaria Segurança Pública.:

Tabela 1 – Número de vítimas por dia e tipo de vítima

Número de vítimas por dia e tipo de vítima				
Dias	Agentes públicos mortos	Agentes públicos feridos	Civis mortos	Civis feridos
12/05/2006	10	3	12	3
13/05/2006	23	8	39	18
14/05/2006	8	1	107	28
15/05/2006	5	0	84	21
16/05/2006	6	1	75	4
17/05/2006	3	0	65	6
18/05/2006	0	0	22	7
19/05/2006	0	0	13	0
20/05/2006	0	0	6	7
21/05/2006	0	0	2	0
Sem data	4	0	80	3
Total	59	13	505	97

Fonte: Adaptado de Cano e Alvardia (2008).

A percepção social da excepcionalidade do referido período que, como tal, demanda uma análise específica, pode ser também percebida na abordagem da imprensa. Durante vários dias as notícias relativas aos “ataques” tomaram as primeiras páginas dos principais jornais. Foram ouvidos especialistas, agentes públicos, autoridades, moradores, familiares de vítimas.

A cronologia que se segue foi construída com base num banco de dados elaborado a partir de material da imprensa, não apenas, mas, sobretudo dos jornais de maior circulação no estado de São Paulo³. Na descrição, optou-se por utilizar tempos verbais no passado para se

referir a acontecimentos já finalizados. O tempo verbal no presente foi mantido tão somente quando se pretendeu sublinhar a atualidade do fato ou acontecimento relevante.

Momento 1, maio : a explosão da crise

10 de maio de 2006. Dois policiais civis paulistas, entre os quais o diretor do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), prestaram depoimento em sessão reservada da Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada na Câmara dos Deputados para apurar o tráfico de armas. No depoimento, ambos informaram aos parlamentares que o governo do Estado tinha ciência de que o PCC estava organizando nova

megarrebelião no sistema prisional, para o dia 14 de maio. Como ação preventiva, foi providenciada a transferência de 765 presos ligados ao PCC para a penitenciária de Presidente Wenceslau, um presídio de segurança máxima, na região Noroeste de São Paulo. Uma cópia desses depoimentos foi vendida, a 200 reais, por um funcionário de uma empresa terceirizada que realiza os serviços de gravação para a Câmara, a dois advogados que justamente representam presos pertencentes à organização criminosa. Tão logo obtida, a gravação foi transmitida por intermédio de aparelhos celulares às lideranças do PCC, de forma que em curto espaço de tempo todas as penitenciárias estavam informadas do planejamento da ação governamental.

11-12 de maio. A cúpula do PCC⁴ é transferida para o prédio do Deic, na capital. Na madrugada do dia 11 para o dia 12, começam os primeiros ataques, que atingiram tanto policiais civis, militares e agentes penitenciários quanto civis (inclusive agressores), totalizando 10 mortes. Onze distritos policiais do município de São Paulo, da Região Metropolitana e do interior foram alvejados. Duas rebeliões com reféns em penitenciárias e cadeias públicas em todo o Estado ocorreram.

13 de maio. Prosseguem os ataques à polícia, que se estendem a outros municípios do interior. São 52 ataques, 54 mortos e 27 rebeliões. O governo estadual afirma que as polícias foram advertidas acerca de possíveis represálias do crime organizado, afirmação negada por alguns policiais.

14 de maio (domingo). Cresce o número de mortos para 82, os ataques para 93 e as re-

beliões para 53, com 383 reféns e 30 mortos (11 agentes de segurança e 19 presos)⁵. A essa altura, já estavam amotinados cerca de 77.000 presos, o que representava 62% da população encarcerada do Estado. Os ataques alcançam prédios onde se encontram instaladas agências bancárias. Cerca de 30 ônibus são incendiados. Nesse dia, comitiva do governo se dirige à penitenciária de Presidente Bernardes. O comandante da Polícia Militar convida uma advogada para, juntos, se deslocarem, por via aérea, para a penitenciária, objetivando início de acordo com vistas à interrupção imediata dos ataques e das rebeliões⁶.

15 de maio. O dia de maior intensidade de violência. Foram 116 ataques, 117 mortos em circunstâncias muito variadas e 91 suspeitos presos. As rebeliões estenderam-se para 82 unidades do sistema penitenciário, com 81 reféns e 17 mortos. Continuaram as reações policiais. Entre 18 horas de domingo e 6 horas da manhã de segunda-feira foram mortos pela polícia 13 suspeitos. Todavia, o mais surpreendente foi a paralisação da cidade de São Paulo. No final da manhã, começaram a circular, nos mais distintos bairros, rumores de que os ataques estavam alcançando alvos indiscriminadamente, em especial em áreas de elevada concentração de pessoas, como terminais de trens, metrô e ônibus, estabelecimentos bancários e universidades. Logo no início da tarde o comércio fechou suas portas; os transportes públicos suspenderam operações e os terminais ficam vazios, tendo 1/3 da frota de ônibus da cidade parado de rodar após 95 veículos serem incendiados em todo o Estado; uma ameaça de bomba fechou o saguão do aeroporto de Congonhas; as escolas dispensaram alunos; fóruns encerraram

mais cedo o expediente, assim como outras repartições públicas; o congestionamento em redes de telefonia móvel fez com que os celulares entrassem em pane. O tráfego da cidade de São Paulo, normalmente moroso, experimentou congestionamento recorde. Mais de 5 milhões de passageiros ficaram sem transporte. 56 ônibus foram incendiados. Às 19 horas, as redes de TV exibiam imagens da capital: ninguém havia permanecido nas ruas ou nos passeios públicos; nenhum veículo de transporte privado ou público circulava. Era como se todos tivessem cumprido, sem resistência, um toque de recolher vindo não se sabia de onde.

16 de maio. O acordo entre o PCC e o governo paulista começa a surtir efeitos. Encerram-se as rebeliões no Estado; os ataques começam a diminuir. Neste dia, foram 26 ataques, 89 mortos e 18 ônibus incendiados. Tem-se o fim dos ataques na capital. No interior os ataques continuaram com baixa intensidade. Foram atacadas as cidades de Botucatu, Campinas, Piracicaba, Mogi Mirim, São José do Rio Preto, Tremembé; no litoral, Praia Grande e Peruíbe, São Sebastião. Continuam as rebeliões em Mato Grosso e Paraná. Entre a madrugada de segunda-feira e a manhã de terça, a polícia matou 33 suspeitos e prendeu 24. A letalidade das ações policiais começa a ser questionada. A polícia começa a acreditar que os novos ataques foram realizados por oportunistas.

17 de maio. Os ataques ainda persistiram. Bombas e disparos alcançam cinco escolas públicas no Estado. Nova onda de boatos sobre ameaças provocou a dispensa de alunos nas escolas. A justiça autorizou o isolamento de

Marcola no Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), o mais rigoroso, pelo prazo de 90 dias. Em unidades penitenciárias de seis municípios paulistas, a justiça determinou o bloqueio do sinal de celular. Cinco ônibus foram incendiados. Um batalhão da PM sofre tentativa de invasão; guardas-civis são alvejados em frente à prefeitura de Osasco. A polícia mata 22 suspeitos, de um total de 62 mortos. Em seis dias de crise, já haviam sido mortos em confronto 93 suspeitos. Testemunhas acusam policiais. É praticamente o triplo da média mensal de mortos pela polícia no primeiro trimestre de 2006.

18 de maio. Foram 14 ataques com 51 mortos e quatro ônibus incendiados. O número de ataques diminui em todo o Estado. Na capital registra-se um único incêndio: uma lotação no bairro de Heliópolis. No interior, é alvejado o Fórum de Mogi Mirim. O governo estadual declara a situação sob controle e que não haverá mais ataques no final de semana seguinte.

19 de maio. No último dia dos ataques os números permaneceram praticamente no mesmo patamar, com 13 mortos⁷.

Pode-se afirmar que esse primeiro momento – o mais agudo da crise de 2006 – acaba cerca de nove dias após o seu início e depois de uma série de acontecimentos, até hoje ainda não completamente compreendidos, que envolvem a participação e interação entre autoridades, agentes públicos, civis e presos. Contudo, em meados de junho novos tensionamentos e ataques voltam a ocorrer.

Momento 2, junho: Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), caos em Araraquara

Meados do mês de junho. A despeito da trégua, novas ondas ocorreram. Em meados do mês foram registradas rebeliões em Itirapina, Mirandópolis e Araraquara, em protesto contra a transferência de Marcola para o RDD – um regime de cumprimento da pena de prisão muito mais rigoroso do que o comum⁸ – e em virtude da transferência de 765 detentos para a penitenciária de Presidente Wenceslau. É nesse período que um fato inusitado vem à baila. A penitenciária de Araraquara, com capacidade para abrigar 750 presos, encontrava-se com lotação de 1.543. Em virtude do protesto e da rebelião, os presos destruíram as instalações, acabando por serem transferidos para um anexo com capacidade para 160 pessoas. Os presos foram confinados e as portas soldadas. A comunicação entre funcionários e detentos era feita por intermédio das torres e através de cordas que “puxavam os presos”. Os alimentos eram jogados de cima para baixo. O corregedor geral do Tribunal de Justiça determinou a transferência dos presos para outras penitenciárias. Em fins de julho, a Corte Interamericana de Direitos Humanos requereu que o Estado brasileiro adotasse medidas para proteger a vida e a integridade dos presos de Araraquara⁹.

O segundo momento apresenta-se como rescaldo da crise do mês anterior, com desdobramentos bem pontuais – rebeliões em poucas unidades prisionais, com o destaque para a penitenciária de Araraquara – e forte correlação com a transferência do preso de Marcola para o RDD.

Momento 3, julho: ampliação dos alvos, diversificação dos ataques

Neste momento observa-se aumento da intensidade dos ataques em relação àqueles ocorridos no mês maio, sem alcançar, contudo, a mesma dimensão destes. Nessa terceira onda, os alvos foram ampliados e as modalidades de ataques foram diversificadas. Importante registrar o número significativo de agentes penitenciários atingidos e o incêndio de ônibus – que se tornará também prática comum em protestos que envolvem ou não o PCC. No que concerne aos alvos preferenciais nesse momento, podemos observar que grande parte deles está ligada direta ou indiretamente ao sistema penitenciário, sinalizando que o fato detonador da crise, em maio, ainda permanecia não totalmente resolvido. Voltaremos a este ponto.

Julho. No início do mês, foram assassinados seis agentes penitenciários.

12-17 de julho. Nova onda de 449 ataques com 49 mortes, compreendendo dois policiais militares, um agente penitenciário, um guarda municipal, três vigilantes privados e duas pessoas civis, embora aparentadas como agentes policiais.

12/07/2006 – quarta-feira. Após exatos dois meses da primeira onda de ataques, o PCC iniciou, no dia 12 de julho, em todo o Estado uma nova onda, desta vez com alvos diversificados: prédios do judiciário, legislativo, bancos, ônibus e até supermercados. Até as 19 horas foram contabilizadas 71 ações e 7 mortes, sendo 2 civis. Em alguns dos locais foram encontrados cartazes protestando contra a opressão carcerária, uma forma de justificar

os ataques. A polícia foi informada, na noite anterior, terça-feira, sobre os novos ataques, mas não conseguiu impedi-los. Na Grande São Paulo foram realizadas 63 ações. Os ataques abrangeram 30 cidades em todo o Estado; 10 municípios da Grande São Paulo, incluindo a capital, foram atacados. Segundo o secretário de Segurança Pública, Saulo de Castro Abreu Filho, o PCC mudou sua tática, atacando, então, mais alvos civis, para assim aumentar a sensação de insegurança. Foram incendiados mais de 30 ônibus.

13/07/2006 – quinta-feira. Com 46 ônibus incendiados, sendo estes os alvos preferidos do PCC, somente 4 das 16 empresas que operavam o serviço em São Paulo colocaram parte de sua frota em circulação. O medo de novos ataques deixou mais de 2 milhões de pessoas a pé, causando um enorme congestionamento na cidade e superlotando trens e metrô. Dessa vez os ataques foram mais intensos no interior do Estado. Na capital eles foram menos intensos. No interior os ataques se concentraram nas regiões de Campinas, Vale do Paraíba e Ribeirão Preto. Ao todo, 9 fóruns trabalhistas no interior foram atacados. Os alvos se repetiram: ônibus, fóruns, supermercados, bancos, unidades policiais e até uma estação de tratamento de água.

14/07/06 – sexta-feira. A polícia encontrou em Ribeirão Preto uma carta com regras para os ataques. Uma das ideias dos criminosos era atear fogo em pneus próximos a postes de eletricidade, fios e transformadores de energia, o que colocou a AES Eletropaulo, distribuidoras de energia, em estado de alerta. Os transportes coletivos voltaram a circular normalmente. O novo advogado de Marcola, do

PCC, afirmou que seu cliente não era mais o líder da facção criminosa, não tinha nenhuma relação com os ataques e lamentou o que estava acontecendo em São Paulo.

Momento 4, agosto: os últimos atos, fechando com o sequestro do repórter

Nova onda de ataques teve por alvo os prédios do Ministério Público, da Secretaria de Estado da Fazenda e a seção de Transporte da Secretaria de Justiça e Cidadania. No total, foram 167 ataques no Estado, incluindo ônibus, bancos e postos de gasolina, resultando em 33 suspeitos presos e seis mortos pela polícia¹⁰.

07/08/06 – segunda-feira. O ataque com maior destaque da nova onda de atentados foi realizado contra o Ministério Público Estadual, no centro histórico da cidade de São Paulo. Foram 96 ataques em 17 cidades. Alvos: ônibus, bancos, postos de gasolina, supermercados e um estacionamento próximo ao Deic. Armas, coquetéis molotov e artefatos explosivos foram utilizados nos ataques. A possível suspensão do indulto (saída provisória dos presídios) de Dia dos Pais pode ter sido a causa da nova onda de ataques do PCC – cerca de 10 mil homens seriam beneficiados. Ainda, uma possível transferência de homens do segundo escalão do PCC para o presídio federal de Catanduvas (PR) pode ter sido um dos motivos. Além da situação dos presídios e dos presos de Araraquara, Itirapina e Mirandópolis também pode ter motivado os ataques.

08/08/06 – terça-feira. Novamente o interior do Estado foi alvo preferencial dos ataques do PCC. Foram registrados 54 casos no interior e 8 na capital, onde a polícia encontrou

uma granada que não explodiu, na Avenida 9 de julho. Prédios públicos, casas de policiais e guardas municipais, ônibus e bancos foram alvos no interior. O número de suspeitos mortos subiu de 2 para 7. O Ministério Público queria evitar que 113 detentos fossem beneficiados com a saída de Dia dos Pais.

09/08/06 – quarta-feira. O terceiro dia da terceira onda de ataques do PCC registrou o menor número de atentados e manteve maior intensidade no interior. Prédios e funcionários públicos foram alvos na maioria das ações. Na capital, a garagem da Secretária de Estado da Justiça foi incendiada e um carro ficou parcialmente destruído.

11/08/06 – sexta-feira. O jornalista da TV Globo Guilherme Portanova e o assistente técnico Alexandre Coelho Calado foram sequestrados por membro do PCC, numa padaria próxima à emissora, na capital. Alexandre Coelho foi liberado logo em seguida. Os sequestradores exigiram que a emissora exibisse um vídeo contendo as reivindicações do PCC. O jornalista foi liberado horas após a exibição do vídeo. Tal vídeo deveria ser exibido próximo das eleições. Mas uma precipitação acelerou a ação do grupo. Portanova não sofreu agressões.

É possível afirmar que esse evento se distingue de eventos anteriores atribuídos às facções criminosas, especialmente o PCC. Em 2001, por exemplo, 29 unidades prisionais se rebelaram simultaneamente, entretanto, a crise não estrapolou os muros das prisões. A gravidade dos acontecimentos de 2006 e a sensação geral

de insegurança e de medo socialmente disseminada fizeram com que as autoridades estaduais buscassem interromper os ataques. Para tanto, pelo que foi possível depreender dos fragmentos das narrativas e da descrição dos fatos a partir do material coletado, foi necessário estabelecer diálogo, negociação, acordo.

Qualquer que seja o nome dado às tratativas envolvendo autoridades e presos com o objetivo de colocar fim aos ataques, o fato é que percebemos que elas foram essenciais não apenas para fazer arrefecer cada um desses 4 momentos da crise – essencialmente, o evento de maio –, mas, principalmente, para estabelecer novos contornos às relações entre presos e administração prisional (DIAS, 2013). Nesse sentido, tem-se a conformação de uma situação de estabilidade sem precedentes na história das prisões paulistas, e que perdura até os dias atuais. Se é possível falar em algum aprendizado como legado daquela crise, a resposta reside na compreensão de um novo equilíbrio de poder conformado nas prisões de São Paulo.

A HEGEMONIA DO PCC E O NOVO EQUILÍBRIO DE PODER NAS PRISÕES DE SÃO

PAULO

Neste texto, não vamos nos deter sobre o processo através do qual se construiu a estabilidade que caracteriza o sistema prisional paulista¹¹. O objetivo é pontuar algumas questões que são fundamentais para compreender essa configuração de forças que permite a manutenção de equilíbrio – frágil, sempre sujeito à rupturas – e da estabilidade das prisões – cujo efeito mais visível é a drástica redução de rebeliões e motins após o ano de 2006.

Primeiramente, importante destacar a importância do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) como elemento essencial para a manutenção ou ruptura das relações de poder que estruturam o sistema prisional (DIAS, 2009). O rigor disciplinar desse regime de cumprimento da pena e a maior dificuldade de comunicação que ele impõe aos presos fizeram com que o RDD se tornasse não um instrumento para desarticular organizações criminosas – como prevê a Lei que o institui – mas, sim, uma “carta na manga” que permite produzir acomodações envolvendo os presos e as autoridades públicas, especialmente da administração prisional paulista.

Podemos destacar duas evidências que, consideradas de forma conjunta, permitem situar essa questão. Em primeiro lugar, convém destacar o reduzido número de presos internados no RDD¹². Inclusive os presos apontados pelas autoridades como sendo “lideranças” do PCC¹³ estão encarcerados em outra unidade prisional que, segundo as informações oficiais, é uma unidade prisional de regime disciplinar comum¹⁴. Em segundo lugar, a já mencionada estabilidade no sistema prisional de São Paulo, cuja expressão é a ausência de rebeliões na última década¹⁵.

É ainda importante considerar a significativa mudança ocorrida na administração prisional após os ataques de maio de 2006. Ainda no final daquele mês, o então titular da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), Nagashi Furukawa, no cargo desde 1999, deixa o cargo. Assume o ex-promotor de justiça e oficial da Polícia Militar de São Paulo Antonio Ferreira Pinto, cujo secretário adjunto,

Lourival Gomes, antigo coordenador da Coespe, havia sido afastado no início da gestão de Nagashi. Ou seja, ainda que o governador permanecesse o mesmo, a administração prisional mudou completamente a direção de sua gestão, inclusive sendo assumida por pessoas afastadas na gestão anterior (TEIXEIRA, 2009; DIAS, 2013).

A mudança ocorrida na gestão da SAP é essencial para compreender a nova conformação de poder que se desenha em São Paulo, ainda em 2006. O que se quer sugerir é que um eventual “acordo”, tal como comumente se aponta, talvez não possa ser explicado pelo episódio emblemático ocorrido ainda no momento 1 da crise de 2006. Trata-se do episódio, mencionado antes, do avião que se desloca até o interior paulista, com a cúpula do governo estadual na área de segurança pública, que teria como objetivo conversar com o preso de vulgo Marcola. Esse episódio talvez seja muito mais simbólico do que indicativo de que um encontro foi capaz de colocar um fim à sequência de eventos e, também, costurar uma estabilidade que já dura dez anos.

Duas razões para colocar em dúvida essa interpretação: em primeiro lugar, aquela administração prisional foi substituída por outra, ainda naquele mês; em segundo, os ataques tiveram ainda três momentos após esse episódio. Com isso, argumentamos que tais acomodações, sejam elas quais forem, ocorreram a partir da nova gestão da administração prisional e por múltiplos e complexos processos envolvendo o governo, as autoridades da administração prisional e os presos, notadamente alguns indivíduos apontados como “lideranças” do PCC (DIAS, 2013).

Esse cenário sugere que tanto o PCC quanto o governo tiveram lições em 2006. Por um lado, documentos sugerem que, após avaliação interna, a facção considerou de maneira geral os poucos ganhos e os muitos prejuízos – financeiros e, essencialmente, pessoais (no número elevadíssimo de mortos por policiais militares, como mostram os dados apresentados neste texto) – decorrentes dos ataques e a necessidade de se adotar novas estratégias de ação. Por outro, o governo paulista, em especial a nova administração prisional, parece ter privilegiado formas de acomodações que vêm garantindo a estabilidade e a “paz” no sistema prisional. Como já sugerido anteriormente, tais acomodações passam muito fortemente pelo regime de cumprimento de pena de alguns presos (DIAS, 2009; 2013).

Simbiose (SHIMIZU, 2011) é o termo mais adequado para caracterizar a nova conformação do poder que emerge em meados de 2006 e que se consolida ao final deste mesmo ano. A simbiose que se estabelece entre a administração prisional paulista e o PCC permite compreender e articular os seguintes fenômenos ocorridos após os ataques de 2006: a manutenção do ritmo de encarceramento, com o aumento da superlotação nas prisões e o aprofundamento das condições historicamente degradantes destes estabelecimentos; e, a despeito das cada vez mais aviltantes condições dos cárceres, paradoxalmente não se assistiu mais a episódios de sublevação, rebeliões ou motins nas prisões de São Paulo¹.

Num cenário em que a administração prisional não é capaz de oferecer o básico para a

manutenção dos indivíduos sob sua custódia e de aumento constante das pressões sobre o sistema prisional – superlotação, precariedade das condições, redução da proporção preso/agente penitenciário, aumento de custos, demanda por mais vagas – a possibilidade de continuidade do processo de encarceramento massivo é diretamente dependente da capacidade de gestão e de controle sobre a população carcerária (DIAS et al., 2015a). Pelas próprias condições descritas, o Estado não tem essa capacidade. O PCC, cuja hegemonia já havia sido demonstrada na crise de 2006, seria o único ator no sistema prisional paulista a apresentar condições de exercer controle sobre os presos e, desta forma, impor e garantir a ordem num cenário de caos. Assim, a hegemonia do PCC é a condição necessária para que o processo de encarceramento massivo tenha continuidade e, do mesmo modo, o encarceramento massivo é um elemento essencial no fortalecimento do PCC, uma vez que mantém uma “clientela” cativa que, pelas condições descritas antes, será submetida, inexoravelmente, ao controle do PCC: através do suprimento de materiais necessários para o cumprimento da pena (higiene, alimentação, vestuário etc.), de drogas lícitas e ilícitas (maconha, cocaína, cigarro, bebida alcoólica), garantia da segurança e proteção e, na condição de instância de mediação, de regulação e de arbitragem de todos os tipos de conflitos existentes dentro das prisões envolvendo os presos entre si e estes e a administração prisional local² (DIAS et al., 2015a; DIAS, 2013).

Em suma, após os eventos de 2006 aqui descritos, ocorreu uma conformação das relações de poder no sistema prisional de São

Paulo que tem como uma de suas bases a acomodação entre a massa carcerária – supostamente “representada” na figura do PCC – e a administração prisional. Essa acomodação é profundamente dependente da manutenção da hegemonia do PCC nas prisões estaduais e produz uma simbiose entre a facção criminosa e a administração prisional, de forma que cada um destes atores reforça diretamente o poder do outro e ambos concorrem para a continuidade do processo de encarceramento massivo em condições de dificuldades econômicas do Estado e de precarização das condições prisionais (DIAS, et al., 2015a; DIAS, et al., 2015b).

O principal efeito dessa simbiose é a estabilidade. Estabilidade do sistema prisional paulista, que nesta última década apresentou somente pouquíssimos e pontuais casos de ruptura da ordem. Estabilidade do PCC na condição de ator hegemônico no “mundo do crime” (FELTRAN, 2008) e, essencialmente, nas prisões paulistas. Essa estabilidade é notadamente frágil, haja vista que regularmente são percebidos sinais ou indícios de uma possível ruptura ou de uma ruptura iminente. Contudo, a conformação desta parece apresentar condições de se recompor e, assim, garantir a

continuidade do ciclo: encarceramento massivo, superlotação, condições degradantes nas prisões, fortalecimento do PCC, ausência de rupturas da ordem nas prisões, encarceramento massivo.

Por fim, quando se coloca a questão de um eventual aprendizado a partir da crise de 2006, é necessário ter em conta toda essa reconfiguração das relações de poder no sistema prisional paulista e os processos que indicam a acomodação entre o PCC e a administração prisional na sequência dos ataques. É possível afirmar que tanto do ponto de vista do PCC quanto do ponto de vista do governo do Estado houve um reconhecimento do extremo daquele momento e da indesejabilidade de uma eventual repetição, por ambos os lados. Nesse sentido, as relações de poder foram construídas em termos diferentes daqueles presentes até então e envolveram complexas e múltiplas estratégias (DIAS, 2009) que produziram um equilíbrio – frágil, precário – que está assentado num tripé: a continuidade do encarceramento em massa, a manutenção da hegemonia do PCC e a garantia da ordem prisional, isto é, a impossibilidade ou a improbabilidade da repetição de 2006.

1. Utilizaremos aqui o termo "Ataques de 2006" de forma genérica para designar o evento de maio e os três momentos posteriores. Vários estudos já apontaram o papel das forças policiais na "resposta" aos crimes atribuídos ao PCC – assassinatos de policiais e bombas em estabelecimentos públicos –, que se caracterizou por evidentes abusos e violação dos padrões de uso da força, execução sumária (ver alguns relatórios produzidos por diversas entidades (CONDEPE, 2007; CANO, ALVADIA, 2008; JUSTIÇA GLOBAL, 2011). Neste texto, o objetivo é analisar os impactos dessa crise no sistema prisional e, por isso, não especificaremos o evento em termos dos autores dos crimes, policiais ou membros do PCC. Isso quer dizer que, aqui, importa configurar esse evento como uma "crise" sem precedentes na segurança pública de São Paulo e, a partir daí, avaliar seus efeitos nas prisões do Estado.
2. Esses parágrafos iniciais resumem descrição contida originalmente em Adorno e Salla (2007).
3. O banco de dados foi construído no âmbito da pesquisa descrita em Dias (2013), trabalho em que há maior detalhamento do material coletado e um tratamento crítico sobre a imprensa como fonte. Em razão de limitações de espaço e do escopo deste texto, não será possível aprofundar aqui essa reflexão.
4. Entre as lideranças, contam-se: Marcos Williams Herbeas Camacho, o Marcola (apelidado também de "playboy"); Júlio Guedes de Moraes, o Julinho Carambola; Rogério Jeremias de Simone, o Gegê do Mangue; David Stockel Ulhoa Maluf, o Macgayer; José Carlos Rabela, o Pateta; e Alejandro Herbas, o Júnior.
5. De acordo com a cronologia disponível no site do Observatório de Segurança Pública da Unesp, eram 68 os mortos no domingo, com 125 ataques e 78 rebeliões. Ver: <<http://www.observatoriodeseguranca.org/imprensa/cronologiapcc>>
6. Embora tenha inicialmente negado, nos dias que se seguiram as evidências da visita da advogada foram se tornando tão fortes na imprensa que o governo estadual hesitou em continuar negando. Preferiu minimizar o evento, afirmando que não se tratava de acordo ou negociação, porém entendimentos. Mais tarde, em depoimento à CPI do Tráfico de Armas, Marcola confirmou ter havido acordo que resultou em atendimento parcial das reivindicações do PCC, a partir do qual a cúpula da organização ordenou o fim dos ataques.
7. Os dados sobre mortos foram extraídos da Tabela A, do Relatório do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, citada. In: CONDEPE, 2007, p. 41. Os demais dados foram fornecidos pela imprensa e necessitam ser revisados.
8. Para mais informações sobre o RDD, ver Dias (2009).
9. Apud Mesquita Neto, Paulo e Salla, Fernando. A crise da segurança pública de maio de 2006: um ano depois. Paper. São Paulo: NEV-CEPID/USP.
10. Mesquita Neto, Paulo e Salla, Fernando, citada. Ver também Souza <<http://www.observatoriodeseguranca.org/imprensa/cronologiapcc>>
11. Pelo menos até o momento em que esse texto é escrito, meados de 2016, pode-se confirmar de forma peremptória a estabilidade das prisões de São Paulo, conforme será exposto no texto. Detalhes sobre o processo social e político em que essa configuração de poder foi construída podem ser acessados em Dias (2013).
12. Em consultas periódicas realizadas no site da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo, que informa o total de presos em cada estabelecimento, verifica-se uma variação neste número e uma tendência sempre baixa em relação à capacidade da unidade prisional, de 160 presos. A título de exemplo: 35 presos em 27/05/2009; 02 presos em 09/09/2010; 60 em 03/01/2011; em 01/08/2016, havia 83 presos, a maior quantidade registrada no período após a crise de 2006. As consultas podem ser feitas em <http://www.sap.sp.gov.br>, procurando a única unidade prisional em que oficialmente – conforme os dados da própria SAP – o RDD é aplicado, o Centro de Reabilitação Penitenciária (CRP) de Presidente Bernardes.
13. Convém registrar que ao apontarmos a ausência no RDD e a permanência no regime comum de presos, identificados pelas autoridades como lideranças do PCC, esta assertiva não se traduz em aquiescência a esse regime, cuja constitucionalidade e legalidade são bastante discutíveis, como indicam especialistas, podendo mesmo se configurar como "pena cruel". Aqui, o que nos parece relevante é focalizar a disjunção política entre o dispositivo legal (que prevê o seu uso para "desarticular organizações criminosas"), a situação do sistema prisional paulista (caracterizado pela presença do PCC) e a administração da aplicação ou da não aplicação do dispositivo legal. Ver Dias, 2009.
14. Trata-se da Penitenciária de Presidente Venceslau II e, conforme as informações disponíveis na página eletrônica da SAP, uma unidade de regime comum. Para uma discussão sobre a ambiguidade e a ausência de um enquadramento legal ou normativo dessa unidade prisional ver Salla, Dias, Silvestre, 2012.
15. Nestes últimos dez anos foram registradas poucas e pontuais rebeliões nas prisões paulistas. Alguns desses episódios isolados ocorreram nas poucas unidades prisionais que não são controladas pelo PCC (cerca de 10% do total de unidades paulistas, de acordo com pesquisadores e com o Ministério Público Estadual).
16. Importante destacar que em 2012 ocorreu outra crise envolvendo o Governo do Estado de São Paulo e o PCC e, desta vez, a crise não envolveu o sistema prisional - a despeito das prisões paulistas terem sido o lócus de onde partiram as diretrizes das ações do PCC. Sobre esse episódio, ver Dias et al., 2015b.
17. Documentos analisados apontam a dimensão microscópica do controle exercido pelo PCC dentro das prisões de São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 7-29, 2007.

CANO, Ignacio; ALVADIA, Alberto. **Análise dos Impactos dos Ataques do PCC em São Paulo em Maio de 2006**. Rio de Janeiro: LAV-UERJ; São Paulo: CONECTAS, 2008.

CONDEPE - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. **Crimes de maio**. São Paulo: Condepe, 2007.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Ocupando as brechas do direito formal: o PCC como instância alternativa de resolução de conflitos. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, [s.l.], v. 4, n. 2, p. 83-106, 2009.

_____. **PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência**. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____; et al. O encarceramento em massa como política pública de Segurança: efeitos perversos e consequências nefastas. **Teoria & Debate**, São Paulo, jun. 2015a. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/o-encarceramento-em-massa-como-politica-de-seguranca?page=full>>. Acesso em: 17 julho de 2016.

_____. et al. A prática de execuções na Região Metropolitana de São Paulo na crise de 2012: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 9, n. 2, ago./set. 2015b, p. 160-179.

_____. **Fronteiras de tensão**: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2008.

FONTANAUD, Daniel (Org.). **La criminalité organisée**. Paris : La documentation Française, 2002. 140p (Série Problèmes politiques et sociaux, n. 874-875).

JUSTIÇA GLOBAL. **São Paulo sob achaque**: corrupção, crime organizado e violência institucional em maio de 2006. Rio de Janeiro, 2011.

MESQUITA NETO, Paulo; SALLA, Fernando. **A crise da segurança pública de maio de 2006**: um ano depois. Paper. São Paulo: NEV-CEPID/USP.

MOORE JR., Barrigton. **Injustiça**: as bases sociais da revolta e da resistência. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SHIMIZU, Bruno. **Solidariedade e gregarismo nas facções criminosas**: um estudo à luz da psicologia das massas. São Paulo: IBCCRIM, 2011.

SALLA, Fernando; DIAS, Camila Nunes; SILVESTRE, Giane. Políticas Penitenciárias e as facções criminosas: uma análise do regime disciplinar diferenciado (rdd) e outras medidas administrativas de controle da população carcerária. **Estudos em sociologia**, Araraquara, v.17, n.33, p.333-351, 2012.

TEIXEIRA, Alessandra. **Prisões da exceção - política penal e penitenciária no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Juruá Editora, 2009.

Cronologia dos “Ataques de 2006” e a nova configuração de poder nas prisões na última década

Sérgio Adorno e Camila Nunes Dias

Cronologia dos “Ataques de 2006” e a nova configuração de poder nas prisões na última década

Sérgio Adorno e Camila Nunes Dias

Resumen

Cronología de los “Ataques de 2006” y la nueva configuración de poder en las prisiones en la última década

El objetivo del presente texto es reconstituir la cronología de los “Ataques de 2006” a partir de su división en cuatro partes, correspondientes a los momentos en que ellos ocurren, y, luego, proponer algunas reflexiones sobre los cambios sociales y políticos registrados en las prisiones del estado de São Paulo al final de ese período. El argumento central es que el evento que fue nacionalmente conocido como los “Ataques del Primer Comando de la Capital – PCC” no implicó en ganancias para la organización y trujo importantes perjuicios políticos al gobierno estatal. De esa manera, indicamos estrategias complejas a través de las cuales las relaciones de poder en las prisiones del estado de São Paulo fueron reconfiguradas para posibilitar la construcción de acomodaciones involucrando el PCC y la administración de prisiones. Tales acomodaciones, a su vez, produjeron un equilibrio que, aunque precario e inestable, hasta ahora ha sido eficiente para mantener el “orden en las prisiones”. La forma como se establecieron la relaciones entre el PCC y la administración de prisiones asumieron un carácter simbiótico a través del que ocurre el fortalecimiento mutuo del PCC y de la política de encarcelamiento masivo adoptada por el gobierno del Estado, generando un círculo vicioso de dependencia mutua.

Palabras clave: Ataques de 2006. PCC. Administración de prisiones. Prisión. Poder.

Abstract

Timeline of “2006 Attacks” and the new power structure in prisons over the last decade

The objective of the present text was to reconstruct the timeline of the “2006 Attacks” by dividing events into four parts according to when they occurred and to subsequently reflect on the social and political changes evident in São Paulo prisons in the aftermath. The central argument is that the event which became nationally known as the “Attacks of the First Command of the Capital – PCC” led to no gains for the organization and had major political repercussions for the State government. Thus, complex strategies are described by which the power relationship in São Paulo prisons was restructured to allow construction of compromises involving the PCC and prison administration. These compromises, in turn, produced a balance which although precarious and unstable, has so far proven effective for maintaining “order in the prisons”. The manner in which the relationships between the PCC the prison administration were formed took on a symbiotic nature that promoted the mutual strengthening of the PCC and of the mass imprisonment policy adopted by the government of the State, creating a vicious circle of mutual dependence.

Keywords: 2006 attacks. PCC. Prison administration. Prison. Power.

Data de recebimento: 05/06/2016

Data de aprovação: 26/08/2016

